



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

6ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa

32ª Sessão Ordinária

ATA Nº 037/2016 – SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis às dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Anderson de Oliveira, o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Anderson de Oliveira, Irineu Ferreira Camilo, João Laerte Bovino, Jucimar Périco, Oseias de Oliveira, Nelço Bortoluzzi, Daizi Camello, Milton Rodrigues da Silva e Laertes Carador Moreira. O Senhor Presidente verificando quórum legal deu inicio aos trabalhos da hora do expediente convidando a Secretária ad-hoc Luana Cristina Moretti para que proceda a leitura da ata anterior para sua devida apreciação. Aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente passa para os trabalhos da hora do expediente. Deram entrada as seguintes matérias: Mensagem nº 022/2016 subscrita pelo senhor Prefeito Municipal, Sr. Irio Onélio de Rosso Encaminhando em regime de urgência o Projeto de Lei nº 019/2016 que dispõe sobre as horas atividades dos professores nas instituições de ensino da rede municipal e dá outras providências. Aceito pela entrada Reprovado requerimento em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 023/2016 subscrita pelo Prefeito Municipal, Sr. Irio Onélio de Rosso Encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 020/2016 que Regulamenta o processo de distribuição de turmas das instituições de ensino da rede municipal de educação básica e dá outras providências. Aceito pela entrada Reprovado requerimento em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 026/2016 subscrita pelo Prefeito Municipal, Sr. Irio Onélio de Rosso Encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 023/2016 que Altera dispositivos da Lei Municipal nº 862/2010 de 2 de junho de 2010 e dá

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Anderson de Oliveira, Irineu Ferreira Camilo, João Laerte Bovino, Jucimar Périco, Oseias de Oliveira, Nelço Bortoluzzi, Milton Rodrigues da Silva, and Laertes Carador Moreira.]

outras providências. Aceito pela entrada Reprovado requerimento em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 027/2016 subscrita pelo Prefeito Municipal, Sr. Irio Onélio de Rosso Encaminhando o Projeto de Lei nº 024/2016 que Autoriza o Poder Executivo a ceder pelo regime de concessão de direito real de uso, imóvel destinado ao fim que especifica e dá outras providências. Aceito pela entrada Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Comunicados nº CM177587/2016; CM177588/2016 subscrito pelo Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Informando a seguinte liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo: PAR-TD – 001, no valor de R\$ 48.651,56; PAR-TD – 001, no valor de R\$ 26.758,36; PAR-TD – 001, no valor de R\$ 14.595,47; Alimentação Escolar – EJA, no valor de R\$ 378,00. Alimentação Escolar – pré-escola, no valor de R\$ 3.890,00; Alimentação Escolar – ensino fundamental, no valor de R\$ 6.650,00; Alimentação Escolar – AEE, no valor de R\$ 760,00; Alimentação Escolar – creche, no valor de R\$ 3.440,00; PNATE 007 - no valor de R\$ 2.719,58; PNATE 007 - no valor de R\$ 19.126,46; PNATE 007 - no valor de R\$ 7.047,94; QUOTA 008 – no valor de R\$ 41.955,00. Fica comunicado o plenário Arquite-se. Parecer nº 023/2016 subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 022/2016. Nada mais havendo na matéria de expediente passa-se para matéria de discussão única e votação. Nada havendo na matéria de discussão única e votação, passa-se para matéria de primeira discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 022/2016 de autoria do Senhor Prefeito Municipal que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Bonito do Iguazu para o Exercício Financeiro de 2017. O senhor Presidente Anderson de Oliveira disse acreditar que não é necessário ser feito a leitura do projeto de lei em questão, explicou que o documento que a secretaria acabou de ler se trata do parecer subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação do projeto de lei do orçamento para o ano de dois mil e dezessete, frisou que colocará em votação somente o parecer, e não o projeto de lei, pois será convocada audiência pública pelo presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização João Laerte Bovino, onde pode haver interesse de emenda. Parecer aprovado por unanimidade Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação. O vereador João Laerte Bovino marcou a audiência pública para o dia vinte e sete do corrente mês às quatorze horas em concordância com os demais vereadores da Comissão. O senhor presidente disse que fica comunicado à população que queira participar da audiência pública para discutir sobre o orçamento para o próximo ano. Nada mais havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda discussão e votação. Nada havendo na matéria de segunda discussão e votação, passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 018/2016 de autoria do Senhor Prefeito Municipal que Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 e dá outras providências. O senhor presidente frisou que se trata de um projeto polemico, e que talvez a administração tenha utilizado de algumas manobras politiquieras para colocar a população contra a Câmara de Vereadores, disse ser muito pelo contrário, pois a câmara de vereadores sempre debateu os projetos de lei na melhor democracia possível e com muita responsabilidade, indagou que como sempre diz: não se concerta um erro cometendo outro, então o projeto em questão foi bastante debatido entre os vereadores, e que há muitos pontos no mesmo que são preocupantes, o senhor presidente abriu espaço para os nobres pares se manifestarem e disse que a câmara de vereadores sempre trabalha na democracia. O vereador Laerte Carador Moreira cumprimentou a todos os presentes e disse que se trata de um projeto de lei bem polemico, que os nobres vereadores

tiveram um tempo para estudar o mesmo e ver se a justificativa apresentada no projeto condizia com a realidade, disse que infelizmente encontraram dados que não condiziam com o projeto em algumas secretarias que os vereadores já tinham desconfiança a respeito e que por esse motivo os vereadores discutiram e que cada um tem sua decisão, frisou que todos sabem que a administração chega ao fim de um mandato fracassado e manda estes projetos relâmpagos para esta casa de leis, disse que não é agora que os vereadores irão concordar com tudo que o prefeito mandar. O nobre vereador Indagou que votou favorável a um projeto que deveria ter votado contrário, que é o projeto referente ao ICMS da Usina, mas que infelizmente já aconteceu, disse que o prefeito acha que não precisa mais da aprovação dos vereadores, indagou que as conversas pelos corredores seriam de que com a não aprovação do projeto de lei de remanejamento não haverá pagamento aos funcionários, o nobre disse que isso não é verdade, pois foi aprovado recentemente um recurso livre no valor de dois milhões, novecentos e sessenta mil reais, onde não foram prestadas contas deste valor e que obras feitas no município não passam de setecentos mil reais, e o restante não se sabe que destino tomou. O vereador Laertes C. Moreira disse que gostaria que os vereadores acompanhassem na votação e rejeitassem o projeto de lei, e que seja enviado um ad referendum para que o prefeito municipal envie um novo projeto de lei com a realidade que seria parte da folha de pagamento e questão de exoneração mais para o final de ano, disse que há dinheiro para a folha de pagamento deste mês. O vereador Milton Rodrigues da Silva agradeceu a presença de todos e disse que é bom que a população fique conhecedor da farra do dinheiro público que está acontecendo neste governo, disse que estão encerrando os quatro anos nesta casa de leis e jamais atrapalharam a administração em hipótese alguma, que todos os vereadores sempre ajudaram em todos os setores, e que como todos podem ver os projetos de leis estão sendo mandados atropelados, que se tratando dos projetos dos professores, ficaram quase quatro anos engavetados e agora no final de mandato o prefeito mandou em regime de urgência para que os vereadores não consigam nem fazer a leitura do projeto calmamente, frisou que como citou o vereador Laertes foi aprovado recentemente o valor de dois milhões, novecentos e sessenta mil reais, que está em um recurso retido em Saudade do Iguaçu, e este governo que está um desmando total, onde frisou que os vereadores ajudaram, falaram que os vereadores ganharam cinquenta mil reais, o vereador Milton Rodrigues da Silva repudiou estes comentários, disse que são comentários mentirosos assim como os comentários de que os vereadores pediram dinheiro ao executivo para aprovarem o remanejamento. O nobre vereador conclamou que este governo sucateou o município, tirou os direitos dos agricultores, dos empresários e de todas as categorias do município e quer hoje tirar a carga de responsabilidade e colocar sobre esta casa de leis mandando estes projetos atropelados e difamando os vereadores, questionou o porquê o prefeito municipal não se faz presente a tribuna livre para esclarecer todas as questões a população e assim entregar com chave de ouro sua administração assim como o mesmo diz que fará, o vereador frisou que essa chave de ouro deve ser a chave da casa do mesmo, pois a chave do município está sucateada. O vereador Milton disse que como o vereador Laertes citou será feito um ad referendum e o projeto será rejeitado, disse que todos podem ter certeza que se depender dos vereadores nenhum funcionário ficará sem salário, pois já foram aprovados os dois milhões onde não foi prestado contas do mesmo, disse que depois que todos se pronunciarem o presidente explicará que ninguém será prejudicado, e que os vereadores estão ali para ajudar a população, pois os secretários atuais a maioria sucateou o município, e irão para outros municípios, mais os vereadores são moradores deste município e ficaram do lado da população e não iram deixar que o dinheiro público seja roubado. O vereador Irineu Ferreira Camilo frisou que tentará esclarecer um pouco mais, mas os vereadores que o antecederam já explicaram muito bem, disse que o único fato exclusivo que o único pensa e que sempre se posicionou é a falta de gestão da atual

administração, pois muitas vezes a população que se fez presente nesta Casa de Leis muitas vezes saiu comentando pelos corredores públicos levantando falso testemunho contra os vereadores, disse que até mesmo certos funcionários públicos que não são do município de Rio Bonito do Iguaçú, que até mesmo a placa dos carros dos mesmos é de outros municípios, aonde nem o IPVA que poderia retornar cinquenta por cento aos cofres públicos se direciona a outros municípios. O nobre vereador indagou que estas pessoas deveriam fazer coisas novas e atrair a população, e nem isso foi feito, que pelo contrário, levaram o dinheiro do município e nem contribuíram com uma lista no comércio local, o vereador frisou que isso foi falta de gestão, pois faltou controle e planejamento, disse que não são os vereadores que estão citandos, e sim o tribunal de contas, a população que na grande maioria é de funcionários públicos sabem melhor do que ninguém, que o tribunal de contas já notificou o município por três vezes por causa do excessivo gasto com folha de pagamento, indagou que em relação ao projeto de lei manterá seu voto, pois mesmo sabendo que faltou controle, principalmente na folha de pagamento, aonde funcionários levaram o dinheiro por quatro anos e não produziram para o município, questionou onde estão as leis públicas de economicidade, que a equipe técnica da prefeitura não deve ter conhecimento a respeito. Disse que manterá seu voto, pois a grande maioria é para cobrir folha de pagamento e encargos dos servidores públicos municipal, disse que é importante esclarecer que na atual administração já se passaram mais de cento e quarenta milhões, onde já é o terceiro projeto de suplementação que enviam a esta casa de leis, onde é notável que faltou planejamento e gestão. O Senhor Presidente Anderson de Oliveira esclareceu a população que o projeto passado que foi encaminhado á comissão de economia, finanças e fiscalização é o projeto referente ao orçamento do próximo ano, disse que todo ano é aprovado pelos vereadores o quanto o prefeito municipal pode gastar em cada setor, sendo que o mesmo envia a esta casa de leis a previsão de quanto ele irá gastar com todas as áreas do município, os vereadores discutem e aprovam o projeto. Indagou que foi aprovado um orçamento vantajoso, mais a administração pecou na falta de planejamento, e quando isso acontece à prefeitura gasta o dinheiro público aonde quer, e quando chega ao final de ano, para poder fechar as contas, como exemplo transferem um funcionário da área da saúde e colocam em outro setor. Conclamou que o erro está no planejamento do executivo que não cumpriu o que foi mandado pelo mesmo e foi aprovado por esta casa de leis, disse que a câmara é muito coerente e irá sempre debater e fazer o que é justo com responsabilidade, pois a câmara está cuidando do dinheiro da população e sempre debateram o melhor para ser investido este dinheiro em prol do município, deixou claro que a culpa é da má administração do executivo municipal, pois a câmara de vereadores somente tentou ajudar o executivo, pois dinheiro e orçamento foram aprovados, se o executivo não soube administrar não é culpa da casa de leis, muito pelo contrário, pois, no ano passado a Câmara de vereadores graças à participação de todos os vereadores devolveu aos cofres públicos o valor de duzentos e setenta e dois reais, então que o executivo tenha um pouco mais de responsabilidade com o dinheiro público. O senhor presidente colocou em votação nominal o projeto de lei nº 018/2016. Votaram a favor do projeto de lei os seguintes vereadores: Nelço Bortoluzzi, Daizi Camello e Irineu Ferreira Camilo. Votaram contrário ao projeto de lei os seguintes vereadores: João Laerte Bovino, Oseias de Oliveira, Laertes Carador Moreira, Milton Rodrigues da Silva e Jucimar Périco. Rejeitado por maioria. O senhor presidente colocou em votação ofício solicitando ao prefeito que refaça o projeto de lei com mais responsabilidade somente com valor necessário para suprir folha de pagamento e regime previdenciário. Aprovado por unanimidade Oficie-se como solicitado. Nada mais havendo na matéria de terceira discussão e votação o Senhor Presidente passa para palavra livre. O senhor presidente Anderson de Oliveira agradeceu a presença de todos, citou a presença do futuro Vice-Prefeito do Município de Rio Bonito do Iguaçú Toni Teles, se referiu aos professores e disse que irá

trabalhar com responsabilidade sobre o projeto de lei, e que não é em regime de urgência que será resolvido esta situação, o regime de urgência foi quebrado e encaminhado o projeto de lei para a comissão, frisou que os vereadores iram procurar conversar com todos os professores para ver o posicionamento de todos e sempre verificando a legislação sobre o que pode e não ser feito, enfatizou a presença de todos na audiência pública do dia vinte e sete. O vereador Oséias de Oliveira agradeceu a presença dos professores e demais, disse que referente ao projeto de lei de doação não deveria ser mandado agora, pois se em quatro anos não foi feito agora estão fazendo atropelado, frisou que quem deveria fazer é o próximo prefeito que irá assumir, Citou que o que aconteceu com o governo Dilma, o porquê caiu, tentou fazer pedaladas fiscais sem passar pela câmara dos deputados, tentou mandar um projeto de lei junto com folha de pagamento para tentar organizar o governo, disse não por que perderam, mas que é para ser justo, para mandaram um projeto de lei para os funcionários, que se for necessário fazer outro remanejamento será feito, mais não atropelado, disse que estão acabando um mandato e começando outro, mas independente de lados é preciso ser feito o certo, e o certo não é do dia para a noite. O vereador Irineu Ferreira Camilo parabenizou aos professores pela passagem do dia dos mesmos no dia quinze de outubro. Frisou que sobre os três projetos em tramitação nesta casa de leis favoráveis aos funcionários da educação, o mesmo está atento mais a um, ao que trata do um terço de horas atividades dos profissionais, pois este projeto irá mexer com o orçamento do município, e como todos sabem os municípios do Estado do Paraná, principalmente os municípios de pequeno porte estão passando por grandes dificuldades com folha de pagamento, sendo que neste projeto irá aumentar uma hora atividade por semana, tanto nas de vinte horas semanais, quanto nas de quarenta horas semanais, disse que este aumento deixando a sala de aula para a hora atividade irá fazer com que o gestor para o futuro precise fazer a recomposição de mais profissionais na secretária de educação. Indagou que como citou o presidente na sessão anterior o projeto é maravilhoso, pois vem para atender e gratificar ainda mais os profissionais da área, e estes profissionais precisam ser reconhecidos, pois todos os demais passam pelos professores, disse que sua preocupação seria que daqui cinco anos os professores sofram as irresponsabilidades dos gestores públicos. Citou que a folha de pagamento da secretaria municipal de educação não é especifica da secretaria, e sim do quadro geral dos servidores, e a preocupação fica maior, pois o município já foi notificado pelo tribunal de contas, e que logicamente os vereadores esperam que ano que vem o gestor tenha mais responsabilidade principalmente com a folha de pagamento, pois sobrando na folha é recurso livre onde poderá estar suprindo em outros setores do município, indagou que caso isso não aconteça, os servidores públicos iram estar sofrendo por perdas salariais. Por isso é preciso haver cautela por parte dos vereadores, que em questão aos outros projetos de lei, o mesmo já analisou e já tem seu posicionamento sobre os mesmos. Agradeceu a presença de todos e pediu para que compareçam sempre, pois é só na sessão que ficaram sabendo sobre o trabalho dos nobres vereadores. O vereador Anderson de Oliveira disse que já foi professor, que já teve aula com a professora presente Cláudia, frisou que seria um sonho justo para os professores, mais é preciso analisar o ambiente, pois a gestão atual está gastando cinquenta e quatro por cento da receita corrente líquida com a folha de pagamento, o prefeito envia um projeto de lei que aumenta ainda mais, não o salario e sim os contratos com mais servidores aumentando ainda mais a folha de pagamento, disse que um projeto para cortar cargos comissionados ele não manda para os vereadores, está faltando planejamento, pois há excelentes funcionários que muitas vezes acabam sendo prejudicados por politicagem, como algumas contratações comissionadas sem necessidade. Pediu ao futuro vice-prefeito que juntamente com o futuro prefeito municipal tenham responsabilidade com o dinheiro público, pois, o nobre par não será mais vereador no ano que vem, mais continuará residindo no

município. O vereador Nelço Bortoluzzi agradeceu a presença de todos, disse que em dois mil e treze no mesmo lugar que o vereador se encontra, foi levantado às mesmas questões sobre a responsabilidade com a gestão pública, disse que alertou na época que isso iria refletir no futuro, indagou que os vereadores que antecederam falaram tudo que o mesmo gostaria de dizer, disse não houve responsabilidade durante estes quatro anos, sendo que chegou ao final do mandato e os vereadores precisam discutir um remanejamento no valor de três milhões de reais, disse que o ad referendum virá, será assinado e que o projeto venha dentro das condições, frisou que sempre manteve sua posição sempre para o bem da população. Declarou que não irá se sobrecarregar com a culpa de que não ajudou ao município, pois sempre todos os vereadores discutiram os projetos, aprovaram muitos projetos em regime de urgência que como citou o vereador, muitas vezes nem poderiam ter sido apoiadas, disse que a nova gestão está se preparando para assumir e espera que seja uma gestão preparada. O vereador Daizi Camello agradeceu a presença de todos e disse que faltou planejamento do atual prefeito, sendo que agora mandou um monte de projetos de leis para os vereadores aprovarem, indagou que nunca foi contra os projetos de lei que são em benefício da população, declarou ser favorável ao projeto de lei de remanejamento, e sobre os demais irá analisar os pareceres feitos pela comissão e estudará os mesmos. O vereador Laertes Carador Moreira indagou que os demais vereadores citaram a maioria dos assuntos que o mesmo gostaria de falar, disse que em relação aos futuros administradores terão grandes dificuldades, por motivos de que não sabem como iram receber o município, frisou que para o futuro prefeito iniciar a gestão é necessário fazer auditoria. Declarou que confia no Toni e no Gaúcho, e que hoje se vê a prefeitura inchada com muitos funcionários, pois neste ultimo concurso que teve se existissem meios legais deveria ser derrubado, como todos sabem que há setores que há funcionários sobrando, disse que se Deus quiser o mesmo juntamente com o Toni e o gaúcho irá acabar com isso, disse que a questão de viação, será preciso ser criado uma estação no assentamento para que motoristas fiquem no local e se quiserem vir para casa terão que pegar o seu carro e fazer o deslocamento, pois se não forem cortados gastos, não haverá como administrar, cargos comissionados, funções gratificadas será para dois ou três somente, indagou que o gaúcho precisará ser igual ao ex-prefeito Sezar Bovino, pois o mesmo era um bom administrador, disse que votou no atual prefeito, mais o mesmo decepcionou. O vereador Milton Rodrigues da Silva disse todos os vereadores são conhecedores que a arrecadação do município chega entre dois milhões e quatrocentos a três milhões de reais, e que enfim há uma margem que tem direito constituído aos funcionários públicos sobre o recebimento da folha de pagamento e encargos que devem ser pagos, disse que diante disso todo mês são arrecadados esses três milhões para efetuar pagamento dos ônibus, combustíveis, empresas fornecedoras do município e por isso aprovaram o orçamento anual que foi mandado pelo executivo, e hoje o prefeito vem dizer que depende deste remanejamento, assustando aos fornecedores e dependentes deste dinheiro. Indagou que acha que deveram fazer como os professores e alunos, ocuparem as secretárias antes que acabe o mandato, pois como exemplo na saúde se fosse colocar na porta a palavra não, não precisaria nem dos funcionários para falar isso à população, e todos os excelentes funcionários estão pagando pela irresponsabilidade da gestão, sendo que o secretário da saúde é presidente da Assiscop, questionou onde estão os dois milhões que foram desbloqueados sendo que foi feito somente o asfalto para Pinhalzinho/Linha Rosa, questionou onde está o combinado que o prefeito iria ajudar todas as comunidades do assentamento, que iria cascalhar as estradas para os produtores de leite, e nem isso foi feito, frisou que é revoltante para os vereadores, pois os mesmos ajudaram ao executivo e continuam ajudando, citou que em gestões passadas muitos vereadores estão respondendo por improbidade administrativa por aceitarem desmandos do prefeito, e que se os vereadores atuais não tomarem cuidado com o que votam podem responder por vinte anos por um

descuido. Declarou que é favorável ao projeto que virá se estiver dentro das necessidades do município, disse que torce para que o próximo gestor consiga dar a volta por cima, mas o município está sucateado, frisou que os vereadores iram ajudar aos professores, aos funcionários públicos e se for preciso fazer greve e ocupar a prefeitura podem contar com o mesmo. O vereador João Laerte Bovino agradeceu a presença de todos e disse que sobre o pagamento dos funcionários públicos os mesmos não precisam se preocupar, disse que como os demais vereadores falaram é preciso analisar muito, em referencia aos projetos sobre os professores foram derrubados o regime de urgência, então até dia quinze de dezembro todos os projetos de lei precisam ser aprovados ou não. Disse que todos podem ficar tranquilos, pois o prefeito municipal tem dinheiro para fazer o pagamento para os funcionários, reforçou o convite para a audiência pública do dia vinte e sete que a presença de todos é de extrema importância. O senhor presidente disse que antes de finalizar para deixar claro á população no ano passado foi aprovado um orçamento de receitas correntes no valor de quarenta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais, e receita de capita, três milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e noventa e cinco reais, um total de cinquenta e três milhões, duzentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro, disse que se trata de uma previsão de quanto será a arrecadação, com uma margem muito grande, sendo que trinta e seis milhões destes já foram arrecadados, e mesmo assim o prefeito tem margem para trabalhar, mais de dois milhões já ficaram livres para ele escolher como trabalhar, frisou que faltou planejamento por parte do executivo, deu os parabéns para a nova gestão mais agora começa o trabalho, assim como esta casa de leis trabalhou em harmonia o mesmo desejou que a próxima também consigam trabalhar com esta harmonia, para atender melhor a população, disse aos professores que os vereadores terão responsabilidade para discutir o projeto de lei dos mesmos. Não havendo mais declarações por parte dos vereadores o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão convocando todos os Vereadores para a sessão ordinária do dia vinte e quatro de Outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sede da Câmara Municipal às dezenove horas. Esta ata foi lavrada por mim, Luana Cristina Moretti, secretária ad-hoc, que assino com os demais presentes.